



EDUCAÇÃO em FOCO

e-ISSN 2447-5246  
ISSN 0104-3293

Creative Commons license



## FORMULAÇÕES DA CNI PARA A EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE GRAMSCIANA

CNI FORMULATIONS FOR EDUCATION: A GRAMSCIAN ANALYSIS

André Silva Martins<sup>1</sup>

<http://orcid.org/0000-0001-5360-8835>

Marcelo Paula de Melo<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-0146-4275>

### Resumo:

O artigo<sup>3</sup> analisa a formulação sobre a educação básica contida no documento Mapa Estratégico 2023-2032: o caminho para a nova indústria da Confederação Nacional das Indústrias (CNI). A análise é referenciada no método materialista histórico-dialético, nas reflexões e nos conceitos de Antonio Gramsci e nos procedimentos da pesquisa documental. O estudo identifica que o Mapa da CNI é um instrumento para orientar a política industrial no Brasil, mobilizando temas conexos. Nessa perspectiva, estabelece referências para subordinar a política educacional à política industrial com o objetivo de assegurar a formação do trabalhador necessária à chamada neoindustrialização. Para tanto, a CNI propõe várias mudanças e ajustes na política educacional para que a escola pública seja afirmada como ferramenta pedagógica da competitividade industrial. Trata-se de uma concepção que aprofunda as ameaças sobre o sentido de escola pública e que pretende viabilizar a subalternização dos trabalhadores à nova fase da hegemonia burguesa no país.

**Palavras-chave:** CNI. Educação básica. Hegemonia. Mapa estratégico

### Abstract:

This article examines the approach to basic education presented in the document Strategic Map 2023–2032: The Path to the New Industry, published by the National Confederation of Industry (CNI). The analysis is grounded in the historical-dialectical materialist method and draws upon the concepts and reflections of Antonio Gramsci, employing documentary research as its procedure. The study identifies the CNI Map as a strategic instrument aimed at guiding industrial policy in Brazil, articulating a series of interrelated themes. From this standpoint, the document constructs a framework that subordinates educational policy to industrial objectives, with the explicit goal of shaping a workforce aligned with the demands of called 'neo-industrialization.' To this end, the CNI advocates for various reforms and realignments within educational policy, positioning public schools as pedagogical tools to enhance industrial competitiveness. This

<sup>1</sup> Docente da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais – Brasil.

<sup>2</sup> Docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – Brasil.

<sup>3</sup> Este artigo é parte da produção relacionada ao estágio de pós-doutoramento do 1º autor, com supervisão do 2º autor.

conceptualization intensifies existing threats to the meaning of public education, reinforcing mechanisms of worker subordination to a new phase of bourgeois hegemony in the country.

**Keywords:** National Confederation of Industry (CNI). Basic education. Hegemony. Strategic map.

## INTRODUÇÃO

A partir de reflexões e de conceitos de Antonio Gramsci, no presente artigo, analisamos as formulações da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) contidas no documento intitulado **Mapa Estratégico 2023 – 2032: o caminho para a nova indústria sobre a educação básica**.

A CNI foi fundada em 1938 para representar a burguesia industrial no país. É uma organização estruturada pelas federações estaduais e do Distrito Federal da indústria que, por sua vez, representam os sindicatos do setor em cada unidade da federação. Além disso, integram sua estrutura três entidades que cumprem finalidades específicas<sup>4</sup>. Reconhecemos que a CNI tem relevância histórica e capacidade de ação política para representar os interesses da burguesia industrial.

Cumpre assinalar que entre a década de 1950 e 1960, a CNI e outras organizações burguesas passaram da “[...] proteção corporativa de seus empreendimentos econômicos [...] ao ativismo em prol do avanço político de seus interesses econômicos (Dreifuss, 1981 p. 93)”, fato que resultou na sustentação política da ditadura instalada em 1964 (Dreifuss, 1981)<sup>5</sup>.

É possível verificar que nos anos mais recentes da história brasileira, a CNI vem demonstrando significativa capacidade de ação política. Na sociedade civil, mantém a unidade político-ideológica da fração e promove articulações com outras entidades empresariais. Na aparelhagem de Estado, atua nas três instâncias de poder. No Supremo Tribunal Federal, defende teses jurídicas relacionadas à atividade industrial e, eventualmente, encaminha ações neste tribunal. No Congresso Nacional, monitora e propõe, através de parlamentares, projetos de leis de interesses do setor industrial, além de realizar *lobby* para influenciar as votações de temas. No Executivo, atua para influenciar a definição da política industrial e outras decisões governamentais de interesse para o setor. A entidade é, portanto, a expressão política dos interesses econômicos comuns da burguesia industrial no país.

Considerando que a CNI é, na acepção gramsciana, um aparelho de hegemonia vinculado a fração industrial da classe burguesa e que o Mapa é o plano de ação da entidade para viabilizar os interesses específicos na agenda nacional para um período de dez anos, avaliamos que a análise deste documento é relevante para a compreensão do projeto de educação dessa organização.

A questão que orienta a análise é a seguinte: qual o significado político-ideológico da proposta da CNI para a educação básica veiculada no documento Mapa Estratégico 2023-2032?

<sup>4</sup> Eis as entidades com suas respectivas datas de fundação: Serviço Social da Indústria (SESI), 1946; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), de 1942; Instituto Euvaldo Lodi (IEL), de 1969.

<sup>5</sup> Para ampliar a compreensão sobre a importância da CNI, ver: Neves (1994); Rodrigues (1998).

A partir do método dialético, a formulação foi delinada pelos procedimentos da pesquisa documental nos termos asseverados por Shiroma e Evangelista (2019). Como assinalado, os conceitos e reflexões de Antonio Gramsci se constituem como referências teóricas centrais para a análise da formulação da CNI.

Além desta introdução, o artigo tem três seções. A primeira é dedicada às reflexões e conceitos de Gramsci acionados para a análise do documento da CNI e apontamentos sobre o mundo do trabalho com autores contemporâneos. A segunda concentra a análise do documento especificamente sobre a educação básica. A terceira é dedicada às conclusões.

## AS CONTRIBUIÇÕES DE GRAMSCI

As contribuições de Gramsci para análise do industrialismo, da burguesia industrial e de seus aparelhos de hegemonia, da formação dos trabalhadores, das relações de poder e a configuração do Estado capitalista são, ao mesmo tempo, amplas e profundas, constituindo-se num arsenal de grande relevância para a crítica social da ordem burguesa

Lenin foi decisivo para Gramsci consolidar uma compreensão sobre o significado da política na sociedade capitalista. Trata-se do reconhecimento de que “A política é a expressão concentrada da economia” (Lenin, 1980, p. 443). Além disso, o vocábulo política designa a problemática do conflito social no terreno das contradições de classes no âmbito das relações sociais.

Partindo dessas e de outras contribuições de Marx e Lenin, Gramsci (2024a) sistematizou reflexões originais sobre a interpretação das relações de poder entre as classes sociais, apontando ser necessário realizar tal análise a partir do reconhecimento de dois planos que denominou de “momentos ou graus”.

O primeiro corresponde ao reconhecimento da luta entre as classes a partir da dinâmica social de produção da existência individual e coletiva – que não deve confundida com análise econômica – e do estágio de desenvolvimento das forças materiais de produção (Gramsci, 2024a). Em síntese, a análise das relações de força parte do reconhecimento de que ordem social burguesa atualiza as divisões sociais, pois forja as classes, seus interesses e seus movimentos nas formações sociais.

O segundo momento da análise se vincula à forma da consciência política coletiva das classes sociais e de suas frações organizadas em aparelhos de classe. Mantendo a compreensão de que a consciência política é a expressão da base material da existência, Gramsci (2024a, p. 31) assevera que é indispensável realizar “[...] a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais”. Isto é, como as frações de classe se politizaram, ou seja, tomaram consciência e passaram a atuar no terreno das ideologias, tanto no interior da própria classe quanto em relação à classe antagônica.

Ratificando Marx, Gramsci (2024a) esclarece que a consciência política coletiva de cada fração de classe é definida a partir da materialidade da vida social e das relações sociais que produzem essa materialidade. Trata-se de uma elaboração que pode revelar: (i) a compreensão do

Revista Educação em Foco, Juiz de Fora

Vol. 30 - Dossiê Temático: Aparelhos privados de hegemonia na educação pública

modo como a condição de existência é produzida, (ii) o posicionamento diante da classe antagônica e das demais frações de sua classe e (iii) as possibilidades de atuação no terreno do conflito econômico-político. Não deve se ver nessa formulação nenhuma determinação a priori, mas sim a interpenetração das questões econômicas, culturais e políticas forjadas pelos interesses antagônicos das classes na dinâmica da vida social, na relação tensa com aparelhagem estatal e na produção social da existência.

Gramsci (2024a) revelou que para transformar as ideias ou concepções em referência para o conjunto da sociedade, uma classe ou fração precisa exercer a hegemonia. Nessa linha, descreve que é o grau de consciência política coletiva mais desenvolvida que permite que uma classe ou fração produza na dinâmica das relações de força o consenso em torno de um modo de sentir, pensar e viver, atuando como classe dirigente, isto é, classe que exerce a função hegemônica (Gramsci, 2024a). Assinalamos que organizações classificadas como aparelhos (ou aparatos)<sup>6</sup> de hegemonia são fundamentais para estruturar a concepção de mundo – a ideologia – da classe e, assim, promover a coesão unitária em torno dessa concepção. Além disso, os aparelhos são necessários para que a ideologia se torne força material a partir da ação política.

Isso significa que no terreno das relações de força, os aparelhos de hegemonia de uma classe atuam para tornar a sua concepção de mundo uma referência para o conjunto da sociedade e também para desarticular a ideologia e a política da classe adversária. Com efeito, enquanto os aparelhos da burguesia viabilizam o exercício da dominação-direção, organizando ainda seus aliados, os aparelhos da classe trabalhadora buscam conectar a ideologia e política no plano da resistência contra-hegemônica.

Portanto, a problemática da hegemonia no pensamento gramsciano se vincula ao exercício do poder político-ideológico de modo que a persuasão é reconhecida como essencial para legitimar as formas coercitivas e para educar o consenso.

A formulação de Gramsci sobre a função dos aparelhos de hegemonia está articulada a outra importante teorização que é necessária ao exercício de análise do objeto deste artigo, qual seja: Estado integral.

Gramsci (2024b; 2024c) destacou que o Estado capitalista deve ser compreendido como unidade-distinção entre duas instâncias organicamente vinculadas, sendo elas, a **sociedade civil** – o terreno em que as classes e suas frações se organizam politicamente em torno de seus interesses e lutam contra as forças adversárias para afirmá-los – e a **aparelhagem de Estado**, formada pelos órgãos com função governamental no sentido amplo cuja finalidade é ordenar institucionalmente a sociedade capitalista a partir da correlação de forças travadas na sociedade civil.

Gramsci reconhece o Estado capitalista como expressão condensada e contraditória das relações de força entre as classes sociais sob a hegemonia da classe burguesa e destaca que sua finalidade histórica é a preservação dos fundamentos do capitalismo. O conceito permite

---

<sup>6</sup> Na tradução dos Cadernos do Cárcere, a equipe do IGS-Brasil, sob a coordenação de Giovanni Semeraro, utilizou a expressão “aparato hegemônico”. Entretanto, optamos por utilizar a expressão “aparelho hegemônico” ou “aparelho de hegemonia” por uma estratégia de comunicação acadêmica, considerando que a diferença de vocábulos não se desdobra em divergência semântica.

compreender o significado da articulação entre força e consenso que se expressam na sociedade civil e no aparelho estatal que “se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consentimento, em vez disso, procurando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria” (Gramsci, 2024a, p. 86).

Outra significativa reflexão de Gramsci que interessa ao estudo de nosso objeto foi sistematizada no Caderno 22, intitulado Americanismo e Fordismo. O autor identificou que a indústria estadunidense em desenvolvimento no início do século 20 inaugurou uma nova fase do industrialismo com potencialidade para ser expandida para outros países e que tal processo implicou na articulação de um novo modo de vida.

É possível afirmar que a dedicação de Gramsci à temática Americanismo e Fordismo partiu do reconhecimento de que “O país industrialmente mais desenvolvido não faz mais do que mostrar ao menos desenvolvido a imagem de seu próprio futuro” (Marx, 2017, p. 78). Nessa linha, Gramsci (2024e) descreveu o modo de vida estadunidense como a expressão mais avançada do capitalismo industrial de sua época, não camuflando a especificidade dos Estados Unidos como formação social capitalista. Isso permitiu indicar o industrialismo fordista não como uma manifestação cultural episódica do capitalismo, mas sim algo orgânico ao sistema que envolvendo toda a produção industrial e a vida social de uma época.

Nessa análise, Gramsci (2024e) destacou que as inovações da indústria Ford elevaram o patamar da ciência e da tecnologia como força produtiva e, assim, alteraram a dinâmica da produção e da vida social. Assim, indicou que: “Na América a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo (Gramsci, 2024e, p.10)”. Ao criticar a racionalização da produção e do trabalho da perspectiva taylorista, Gramsci enfatizou a finalidade do americanismo e o seu sentido histórico nos seguintes termos:

[...] desenvolver no trabalhador, ao máximo grau, as posturas maquinais e automáticas, quebrar o velho nexo psicofísico do trabalho profissional qualificado que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador e reduzir as operações produtivas ao único aspecto físico maquinal. Mas na realidade não se trata de novidades originais: trata-se apenas da fase mais recente de um longo processo que iniciou com o nascimento do próprio industrialismo, fase que é apenas mais intensa do que as precedentes e que se manifesta sob formas mais brutais, mas que também será superada através da criação de um novo nexo psicofísico de um tipo diferente dos precedentes e sem dúvida de um tipo superior (Gramsci, 2024e, p. 29).

Gramsci (2024e) identificou que os trabalhadores resistiam nos limites das condições objetivas e subjetivas e que, portanto, para a burguesia seria necessário quebrar as resistências e, assim, impedir que os movimentos insurgentes de massa – as greves por exemplo – avançassem e se convertessem em meio para elevar a consciência política coletiva. Diante disso, o autor apontou a centralidade dos processos de produção social da existência na sociedade urbano-industrial como expressão significativamente nova. A seguinte afirmação de Gramsci (2024e, p. 10) é reveladora sobre esse tema: “A hegemonia nasce da fábrica e precisa apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia”.

Na formulação de Gramsci, a fábrica é mais que uma simples unidade econômica, pois assume um sentido amplo na sociabilidade. Isto é, significa a referência para a organização da cultura de um tempo histórico porque estabelece princípios e práticas para o delineamento do modo de sentir, de pensar e de viver a partir de forma específica da produção e do trabalho da cultura urbano-industrial. Isso pode ser evidenciado no seguinte excerto:

A vida na indústria exige um aprendizado geral, um processo de adaptação psicofísica a determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes etc. que não constitui algo inato, “natural”, mas que deve ser adquirido, ao passo que as características urbanas adquiridas transmitem-se por hereditariedade ou são absorvidas no decorrer da infância e da adolescência (Gramsci, 2024e, p. 13).

Gramsci identificou o significado histórico e o caráter paradigmático do americanismo-fordismo na produção e na organização da cultura ao apontar que tal fenômeno não era uma retórica vazia, mas sim uma força viva que pela coerção e pela persuasão “[...] modifica essencialmente seja o homem seja a realidade exterior (ou seja a cultura real) (Gramsci, 2024e, p. 16)”.

Portanto, a partir da análise gramsciana sobre o americanismo-fordismo, reconhecemos que a dominação de classe na sociedade urbano-industrial foi constituída e desenvolvida necessariamente pela capacidade de domínio e de direção das forças aliadas e da classe antagônica. Nessa linha, é importante destacar a seguinte afirmação de Gramsci:

A americanização requer um determinado meio, uma determinada estrutura social (ou a firme vontade de criá-la) e um determinado tipo de Estado. O Estado é o Estado liberal, não no sentido do liberalismo aduaneiro ou da efetiva liberdade política, mas no sentido mais fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico que alcança com próprios meios, como “sociedade civil”, pelo mesmo desenvolvimento histórico, o regime da concentração industrial e do monopólio (Gramsci, 2024e, p. 21).

Tratando especificamente sobre a postura da burguesia na construção do americanismo-fordismo, Gramsci (2024e) descortinou algo importante no início do século 20, contribuindo para as análises no século 21, qual seja: o suposto “puritanismo” burguês – mais precisamente o interesse sobre os hábitos, costumes e condição de vida da classe trabalhadora.

Basicamente, revelou se tratar de um conjunto de preocupações morais e políticas que tinham como foco a quebra dos nexos psicofísicos que articulavam vida e trabalho para viabilizar a constituição de novos nexos necessários à sociabilidade burguesa urbana-industrial, ou seja, a nova disciplina do trabalho articulada à nova disciplina social, significando o aprofundamento da subsunção real do trabalho ao capital.

Nessa perspectiva, o autor qualificou criticamente a suposta conduta puritana da burguesia com a seguinte afirmação:

As iniciativas “puritanas” só tem o objetivo de conservar, fora do trabalho, algum equilíbrio psicofísico para impedir o colapso fisiológico do trabalhador, coagido

pelo novo método de produção. Este equilíbrio só pode ser puramente exterior e mecânico, mas poderá se tornar interno se for proposto pelo próprio trabalhador ao invés de ser imposto por fora, por uma nova forma de sociedade com meios apropriados e originais. O industrial americano se preocupa em manter a continuidade da eficiência física do trabalhador, de sua eficiência muscular-nervosa: é de seu interesse ter um quadro estável de trabalhadores qualificados, um conjunto permanentemente coeso, já que o conjunto humano (o trabalhador coletivo) de uma empresa é uma máquina que não deve ser excessivamente desmontada com frequência e renovada em suas peças singulares provocando perdas ingentes (Gramsci, 2024e, p. 29-30).

Ao revelar o significado dessas iniciativas, Gramsci (2024e) identificou que a transformação da concepção de mundo em força viva na dinâmica social exigia a atuação de aparelhos de hegemonia para educar o consenso, pois as medidas para implantar a nova disciplina do trabalho e a disciplina social exigiam novas práticas de dominação, devendo articular coerção e persuasão para educar o consenso. Ou seja, a massa precisaria ser educada para incorporar-se a sociabilidade urbano-industrial capitalista do século XX de forma passiva.

Nos Cadernos, Gramsci registrou várias menções sobre o tema “opinião pública” como estratégia de persuasão. Destacamos a formulação contida no Caderno 7 que expressa, em nossa leitura, uma precisa definição conceitual:

O que se chama “opinião pública” está estreitamente conectado com a hegemonia política, e o ponto de contato entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, entre consenso e força. [...] A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública que poderia ser discordante: por isso, existe a luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública: jornais, partidos, parlamento, de modo que uma só força modele a opinião e, assim, a vontade política nacional, colocando os discursos em uma poeira individual e desorganizada (Gramsci, 2024f, p. 71).

O contexto de desenvolvimento do americanismo-fordismo envolveu medidas relacionadas à racionalização da escolarização das massas. A crítica e a perspectiva sobre a instituição escolar e a escolarização no capitalismo do século 20 podem ser identificadas no seguinte excerto extraído do Caderno 12:

A marca social é dada pelo fato de que cada grupo social tem seu próprio tipo de escola, destinado a perpetuar nestes estratos uma certa função tradicional, dirigente ou instrumental. Se se quer quebrar esta trama, é necessário, portanto, não multiplicar e ordenar os tipos de escola profissional, mas criar um único tipo de escola preparatória (elementar-médio) que conduza o jovem até o limiar/ingresso da escolha profissional, formando-o neste meio tempo como capaz de pensar, estudar, dirigir ou de controlar quem dirige (Gramsci, 2024c, p. 37).

Deste excerto e de outras anotações contidas no Caderno 12 (Gramsci, 2024c), identificamos três aspectos relevantes para o tratamento do objeto deste artigo. Em primeiro, destacamos a crítica de Gramsci sobre a função político-ideológica da educação escolar proposta

pela burguesia em relação à reprodução social, considerando que a escolarização dirigida pela burguesia visava conservar o dualismo educacional e a subalternização das massas.

Em segundo, apontamos a alternativa proposta por Gramsci a esse quadro. Ao defender que a escola que restringe o desenvolvimento intelectual e moral em patamares elementares não interessava à classe trabalhadora, o autor assinalou a urgência de uma instituição escolar comprometida com plena formação omnilateral dos educandos<sup>7</sup> e referenciada no trabalho como princípio educativo, isto é, na compreensão e no domínio dos fundamentos do trabalho para prepará-los para fazer escolhas sobre o futuro profissional.

Para tanto, isso exigiria a materialização da escola unitária capaz de superar os históricos privilégios de classe acerca da escolarização. A formulação que segue sintetiza essa concepção: “escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que harmonize com justa dose o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades do trabalho intelectual (Gramsci, 2024c, p. 21)”.

Em terceiro, acentuamos a defesa de uma nova função político-ideológica da educação escolar para emancipação dos subalternizados no capitalismo. De acordo com Gramsci, a escolarização deve assegurar que cada educando, ao desenvolver suas potencialidades intelectuais, morais e políticas, conquiste condições para se tornar dirigente ou para dirigir os que dirigem. Trata-se de uma rearticulação entre disciplina intelectual e disciplina social referenciadas na radicalidade democrática para elevar o homem-massa à condição de homem-coletivo, formando, assim, o especialista e político. Nessa linha, o autor conferiu um novo sentido à relação entre educação escolar e hegemonia, pois a escola unitária deveria assumir a formação de dirigentes comprometidos com a superação das relações sociais capitalistas.

Sem negar o industrialismo como expressão do desenvolvimento das forças produtivas e a urbanização como condição social para sua materialização, Gramsci descreveu as imposições do americanismo-fordismo ao trabalho como expressão concreta das relações sociais capitalistas e defendeu a urgência de elevação da capacidade dirigente da classe trabalhadora para revolucionar as condições objetivas e subjetivas da existência com seguinte perspectiva ideológica.

Nesse sentido, a luta da classe trabalhadora pela hegemonia envolve a redefinição da dinâmica das relações sociais e, a partir disso, o controle político das forças produtivas, pois como assinala Gramsci, interessa a essa classe, que cria o mundo com o esforço do seu trabalho e com significativo sofrimento, “[...] encontrar o sistema de vida ‘original’ e não de marca americana, para transformar em ‘liberdade’ o que hoje é ‘necessidade’ (Gramsci, 2024e, p. 43)”.

---

<sup>7</sup> Na carta de 1º de agosto de 1932, dirigida à sua esposa, ao tratar da educação de seus filhos, Gramsci descreveu o sentido da formação omnilateral, ressaltando que o processo educativo deve desenvolver as potencialidades intelectuais, sensíveis e práticas no sentido da formação integral. Como síntese, descreveu o ideal formativo nos seguintes termos: “O homem moderno deveria ser uma síntese daqueles que podem ser... imaginados como figuras nacionais: o engenheiro americano, o filósofo alemão, o político francês, recriando, por assim dizer, o homem italiano do Renascimento, o tipo moderno de Leonardo da Vinci transformado em homem-massa ou homem coletivo simplesmente mantendo a sua forte personalidade e originalidade individual (Gramsci, 2011, p.357)”.

Em síntese, defendemos que o arsenal gramsciano assegura um conjunto de conceitos e de reflexões necessários à interpretação da dinâmica de construção da sociedade urbano-industrial brasileira ao longo do século 20, considerando as rupturas e as continuidades. Além disso, oferece também referências para interpretação do desenvolvimento capitalista no atual estágio de correlação de forças. Se com o fordismo, como advertiu Gramsci (2024e, p. 22), “Mecanizou-se completamente apenas o gesto físico”, na contemporaneidade a burguesia passou a requerer um envolvimento quantitativo e qualitativamente superior do trabalhador.

Marcado pela intensificação da informatização da maquinaria, ou seja, a transferência do conhecimento humano para o funcionamento do maquinário, Filgueiras e Antunes (2020) indicam que esse avanço contrasta com formas regressivas da precarização do trabalho expressos em várias formas, com destaque para: sub-contração; terceirização; contratação por tempo parcial; remuneração variável em função do cumprimento de metas e de premiação; pejotização.

Reconhecendo a importância das plataformas digitais e, de modo mais amplo, o aprofundamento da maquinaria informatizada nos processos de trabalho, Filgueiras e Antunes (2020) explicam esse desenvolvimento embora não sendo condição necessária para a precarização do trabalho contribuiu para aprofundar e ampliar o trabalho precário.

A empresa Ford simbolizou a marca de um tempo histórico. Com a crise dos anos 1970, o paradigma flexível foi simbolicamente representado pela Toyota. No século 21, é a empresa UBER que simboliza a dinâmica da produção e do trabalho. Assim, a uberização do trabalho expressa em nosso tempo a radicalidade da precarização e da superexploração travestida em “empreendedorismo” e a violência da dissolução dos direitos, que exigem o aprofundamento da hegemonia burguesa para, no sentido gramsciano, educar o modo de vida (Filgueiras; Antunes, 2020).

Isso nos permite reconhecer que ao elaborar o Mapa Estratégico, a CNI se movimenta para evitar que a fração de classe que representa seja asfixiada pela fração que mais se beneficia da financeirização da economia e pela burguesia externa. Ainda que seja importante considerarmos que, na dinâmica das relações sociais capitalistas, as frações da classe burguesa se tornaram mais flexíveis e abertas a reconfigurações em relação ao americanismo-fordismo, identificamos que CNI busca manter a unidade, homogeneidade e autoconsciência da fração industrial frente às demais frações de sua classe e, sobretudo, diante da classe trabalhadora, tendo ainda capacidade para influenciar as políticas econômicas e sociais.

## **ANÁLISE DO MAPA ESTRATÉGICO**

A CNI tem larga experiência na formulação de propostas e no acompanhamento de temas de interesse da burguesia industrial no âmbito das instâncias do aparelho de Estado. Tal experiência vem sendo fundamental para organizar essa fração, ampliar a sua consciência política coletiva e unidade ideológica e imprimir densidade política no campo das relações de força nos temas econômicos e sociais. No sentido gramsciano, essa organização é um aparelho de hegemonia porque sistematiza a ideologia da fração industrial convertendo-a em ação política para afirmar a

hegemonia no seio da própria classe e sobre a classe adversária e, assim, delinear a configuração e as funções do aparelho de Estado.

Interessa-nos analisar a especificidade da educação escolar na formulação da CNI contida no Mapa Estratégico por reconhecermos que não se conquista e se mantém a hegemonia sem a escolarização das massas.

Em 16 de dezembro de 2022, na quinzenal final do governo Jair Bolsonaro (2019-2022), o então presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, em artigo publicado em veículo de imprensa, declarou que a entidade preparava um plano para subsidiar o governo Lula. Em tom de crítica ao governo que findava seu mandato, afirmou que a formulação tinha o seguinte objetivo: “[...] reverter o acelerado processo de desindustrialização em curso no Brasil” (Andrade, 2022, s.p.). Justificou a importância da retomada da industrialização do seguinte modo: “A premissa básica é a seguinte: não existe país forte e desenvolvido sem uma indústria competitiva e integrada ao mercado global (Andrade, 2022, s.p)”.

Nessa linha, em janeiro de 2023, no primeiro mês do governo Lula da Silva, a dita “premissa básica” foi traduzida no documento intitulado “Plano para a retomada da indústria: propostas prioritárias para os 100 primeiros dias de governo”. O objetivo foi orientar as medidas emergenciais que deveriam ser assumidas pelo novo governo. Entre as vinte propostas, a CNI reivindicou o seguinte: “[...] a plena implementação do novo Ensino Médio, em especial do itinerário de formação técnica e profissional, com o apoio do SESI e SENAI” (CNI, 2023b, p.74).

Em maio de 2023, a CNI apresentou uma nova formulação para o governo Lula da Silva ampliando as proposições do documento de janeiro de 2023. Nessa formulação, o aparelho de hegemonia apresentou sessenta propostas para o governo implementar medidas de médio prazo. Especificamente sobre a educação, a CNI afirmou a necessidade de implementação da contrarreforma do Ensino Médio de 2017 com a seguinte posição a ser incorporada pelo Executivo:

*Garantir a plena implementação do novo ensino médio e considerar as contribuições da indústria acerca de ajustes na reforma, possibilitando às redes de ensino oferecer itinerários formativos que contribuam para a efetiva formação do estudante, em especial o itinerário de Formação Técnica e Profissional, com o apoio do SESI e do SENAI (CNI, 2023b, p. 180-italico no original).*

A CNI também demonstrou grande interesse sobre as modalidades Educação Técnico-Profissional (ETP) e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nessa linha, reivindicou a definição de uma política de incentivos para que as empresas assumissem a implementação da política de requalificação profissional frente às mudanças no processo produtivo pelo incremento das tecnologias digitais (Confederação Nacional da Indústria, 2023a). Isso significa que a CNI admitiu que a futura força de trabalho deveria ser formada no ensino médio das escolas públicas em articulação com seus aparelhos associados – SESI e SENAI –, mas definiu que a requalificação da força de trabalho ativa deveria se dar sob seu controle direto.

Em outubro de 2023, a entidade publicou o Mapa Estratégico. Trata-se de um documento mais denso, se comparado com os anteriores, com definições de longo prazo para viabilizar a

“neoindustrialização”<sup>8</sup>. Se os documentos anteriores se destinaram a influenciar a política do governo Lula da Silva, a finalidade do Mapa é influenciar políticas de Estado, ou seja, para além de um período de governo particular. Assim, a CNI espera que independentemente da composição das forças político-partidárias no Executivo, deve-se governar para a burguesia.

O Mapa foi organizado em 228 páginas a partir dos preceitos do planejamento estratégico. Além dos textos de apresentação e de introdução, o documento foi composto por oito temas, que visam estabelecer medidas para os poderes Executivo e Legislativo, além de algumas ações para as empresas.

No texto de introdução, o presidente da CNI reafirmou a chamada “premissa básica” que havia sido apresentada em artigo de opinião em dezembro de 2022 com a seguinte afirmação: “Uma indústria nacional forte, produtiva e competitiva é, inquestionavelmente, a base de um país independente, e mais próspero, justo e sustentável para todos os seus habitantes (ANDRADA, 2023, p.17)”. Essa formulação se aplica aos oito temas e subtemas abordados no Mapa.

A CNI apontou que o “sucesso” do que denomina de “neoindustrialização” também exigiria mudanças na formação da classe trabalhadora e no seu modo de vida. Duas seções contêm as principais indicações. Especificamente sobre a educação, definiu o sentido geral da formação da classe trabalhadora na educação básica e na educação superior.

O primeiro ponto que destacamos se refere à formulação geral acerca da relação entre educação e sociedade assim descrita: “A educação é alicerce fundamental para o progresso e o desenvolvimento de uma sociedade. A formação de indivíduos está intrinsecamente conectada à competitividade e ao crescimento de todos os setores econômicos, incluindo a indústria e áreas afins (Confederação Nacional da Indústria, 2023c, p.166). Na mesma linha, a relação entre educação e industrialismo foi formulada nos seguintes termos: “A educação, quando alinhada às demandas da indústria, desempenha papel transformador para a modernização e o desenvolvimento industrial brasileiro, impulsionando a competitividade e a produtividade do país (Confederação Nacional da Indústria, 2023c, p.166).”

Essa ideia pode ser verificada na formulação que segue: “Requalificar e aperfeiçoar os trabalhadores das indústrias em competências para trabalho do futuro (transformação digital, transição energética, bioeconomia, economia circular, descarbonização) (Confederação Nacional da Indústria, 2023c, p.162).

Para a CNI, a “neoindustrialização” – uma construção vinculada à ideologia do desenvolvimento<sup>9</sup> – deveria orientar formação do novo tipo de trabalhador. Assim, não reconheceu

<sup>8</sup> Considerando os documentos da CNI mencionados nesse artigo, “neoindustrialização” representa as iniciativas relacionadas à reversão da desindustrialização e à reestruturação das indústrias a partir do avanço das tecnologias digitais, da competitividade global. Refere-se a uma perspectiva vinculada à ideologia do desenvolvimento (Prado (2019) para: i) reposicionar a burguesia industrial no bloco no poder para ampliar seus interesses no aparelho de Estado; ii) fortalecer sua posição diante das demais frações da classe e da classe trabalhadora na sociedade civil; iii) viabilizar condições sociais, políticas e econômicas para uma nova etapa do industrialismo no Brasil.

<sup>9</sup> Prado (2019) define a ideologia do desenvolvimento como concepção a-histórica da dinâmica do capitalismo que: i) projeta um horizonte utópico; ii) naturaliza a dominação e a exploração; iii) orienta a atividade intelectual e política;

a escola pública como instituição de formação cultural para o pleno desenvolvimento humano, responsável por assegurar a apropriação dos conhecimentos sistematizados necessários à produção coletiva da existência a partir de preceitos emancipatórios, no sentido gramsciano da escola unitária. A previsão que a CNI projetou para 2032 confirma essa perspectiva. Eis a afirmação:

A indústria passará a contar com uma força de trabalho altamente qualificada e adaptável, como resultado da constante formação e capacitação dos seus colaboradores. A política educacional estará casada com as necessidades do setor produtivo, que identificará as habilidades necessárias e capacitará a população para os novos trabalhos que surgirão (Confederação Nacional da Indústria, 2023c, p.20).

Fica evidente que a CNI projetou a formação escolar dos trabalhadores centrada na e para a indústria. No sentido gramsciano, podemos afirmar que se trata de uma educação “interessada” que se destina ao disciplinamento da força de trabalho, pois a CNI demonstrou dispensar a formação cultural humanista para submeter os estudantes da classe trabalhadora ao conformismo do “homem-massa”. Assim, o horizonte formativo proposto pela CNI se vincula à manutenção da condição de subalternidade da classe trabalhadora, de tal modo que o “[...] destino do aluno e a sua atividade são pré-determinados” na história (Gramsci, 2024c, p.21).

Mas isso não implica retomar as velhas práticas fordistas de formação. Ainda que o projeto seja destinado à formação minimalista de dimensão unilateral e centrado na e para a indústria, a CNI reconhece que o paradigma flexível e a tecnologia digital na atividade industrial seriam parâmetros para a formação do novo tipo de “homem-máquina”. Isso fica evidenciado em algumas definições.

A primeira se refere à concepção de ensino. A CNI (2023c, p. 168) apresentou um diagnóstico da educação básica argumentando o seguinte: “[...] o excesso de foco no ensino teórico, em detrimento das habilidades práticas, limita a formação integral dos estudantes”. Diante disso, defende o deslocamento da teoria para a prática. Nessa linha, afirmou o que segue:

Elaborar políticas e diretrizes pedagógicas para o uso de tecnologias educacionais que fomentem a interdisciplinaridade, a resolução de problemas e o desenvolvimento de habilidades para a tomada de decisões, fortalecendo a cultura *maker* e colaborando, dessa forma, para o alcance das competências preconizadas na BNCC (Confederação Nacional da Indústria, 2023c, p. 175).

Essa posição comprova que a CNI comprehende que o atual estágio desenvolvimento do capitalismo não basta que o trabalhador entregue sua energia física como ocorreu no fordismo. A exigência hodierna é de um envolvimento pleno, isto é, a energia psicofísica do trabalhador deve estar integralmente mobilizada e estar à disposição da burguesia. Logo, caberia à escola preparar esse trabalhador. Isso pode ser verificado na seguinte afirmação:

[...] uma Educação Básica de qualidade promove as habilidades cognitivas, sociais e técnicas essenciais para o mundo do trabalho e inculca valores como

---

iv) defende que o crescimento econômico capitalista se desdobraria na melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

responsabilidade, ética e trabalho em equipe, vitais em qualquer ambiente de trabalho colaborativo (Confederação Nacional da Indústria, 2023c, p.169).

A segunda se refere à tecnologia digital diretamente aplicada na produção e sua extensão para o plano cultural. Para a CNI, a educação escolar deve assegurar que os estudantes internalizem os elementos dessa nova realidade. Nesse sentido, propôs a seguinte meta: “Elevar o índice de digitalização das escolas brasileiras até 2032 (Confederação Nacional da Indústria, 2023c, p.175)”.

Na mesma linha, afirma também que: “Uma Educação Básica de excelência é, portanto, uma vantagem competitiva para qualquer nação que busque se destacar na economia global (Confederação Nacional da Indústria, 2024, p.170)”. Além disso, outra afirmação confirma essa posição: “[...] o país precisa investir em estratégias de *reskilling [requalificação]* e *upskilling [qualificação]*, que mantenham as habilidades e competências dos trabalhadores alinhadas às novas tendências tecnológicas” (Confederação Nacional da Indústria, 2023c, p.177).

Não se trata de uma proposta para democratizar um bem (tecnológico) cultural, mas sim para promover a adaptação psicofísica dos novos tipos humanos flexíveis, ao que Graham e Anwar (2020) denominam de ordenamento virtual do trabalho digital para elevar a produtividade e fortalecer a cadeia de geração de valor.

Na visão da CNI, a cultura digital na formação escolar poderia tornar o Brasil mais competitivo no cenário internacional. Isso pode ser verificado no excerto que segue:

A Educação Básica também desempenha papel crítico na promoção da inovação e aumento da produtividade. À medida que os estudantes progridem em seu aprendizado, têm a oportunidade de explorar áreas de interesse, desenvolver suas habilidades e, eventualmente, contribuir para a criação de novos conhecimentos e tecnologias. Isso alimenta a inovação, que, por sua vez, impulsiona o crescimento econômico, tornando o país mais competitivo globalmente (Confederação Nacional da Indústria, 2023c, p. 169).

Reconhecendo que as propostas se baseiam na ideia de flexibilidade dos currículos e dos processos didático-pedagógicos, a CNI defendeu o seguinte:

Essa medida [implantação da cultura digital] deve ser acompanhada pela revisão e atualização constante dos currículos, garantindo que os conteúdos ensinados estejam alinhados às demandas do século XXI e sejam relevantes para a vida dos estudantes (Confederação Nacional da Indústria, 2023c, p.169).

Essas afirmações indicam que a formação do trabalho de novo tipo não poderia ser limitada às experiências cotidianas com artefatos tecnológicos digitais, ainda que isso possa ser importante. A CNI defendeu ser necessário ordenar os processos escolares para o desenvolvimento das ditas competências e habilidades relacionadas à tecnologia digital. A perspectiva seria formar a racionalidade técnico-instrumental para uso e consumo da tecnologia digital. Com efeito, a CNI ratifica a sua posição sobre a formação minimalista e técnica.

Para viabilizar seu projeto de formação, a CNI formulou duas propostas para a política educacional, sendo elas:

Promover a educação continuada dos docentes, voltada para o aprimoramento da didática e das habilidades dos educadores em disciplinas STEM<sup>10</sup>.

Fomentar parcerias entre instituições de ensino básico e empresas que possuem aplicação prática nas áreas de exatas, visando estimular o interesse dos alunos em disciplinas STEM (Confederação Nacional da Indústria, 2023c, p. 171).

A dimensão minimalista e unilateral da formação escolar foi acentuada nas formulações sobre o ensino médio. Além de defender a concepção geral da contrarreforma do ensino médio contida na Lei nº 13.415/2017, a CNI enfatizou a necessidade de priorizar o itinerário formativo denominado de “formação técnica e profissional” previsto nesta lei e destacar a centralidade da modalidade Educação Profissional Técnica (EPT), já que seu objetivo é promover a habilitação profissional de nível médio do trabalhador de novo tipo.

Referindo-se à formação profissional de nível médio e superior, a CNI (2023c, p.176) defendeu que: “[...] a formação de profissionais qualificados e atualizados com as novas tecnologias e métodos de produção é fundamental para que as empresas possam competir em um mercado cada vez mais globalizado e dinâmico”.

Confirmado que a formação técnico-profissional deve ser restrita e minimalista, a CNI defendeu ser indispensável o seguinte:

[...] alinhar a formação dos jovens às suas preferências vocacionais e às demandas do mercado de trabalho, evidenciando a aplicação dos conhecimentos à vida real. A formação de parcerias entre o sistema de educação e o setor produtivo é estratégica para alinhar a educação às necessidades do mercado de trabalho. Essa aproximação contribui para o aumento da empregabilidade de jovens e adultos e ainda contribui para elevar a produtividade e competitividade das empresas industriais (Confederação Nacional da Indústria, 2023c, p. 177).

Nessa perspectiva, ao ressaltar ser necessário aumentar as matrículas no itinerário de formação técnica e profissional no ensino médio, a CNI indicou três propostas para a política educacional, sendo elas:

Ampliar a oferta do itinerário da formação técnica e profissional do Ensino Médio, nas formas regular e EJA, com a colaboração de entidades como o SESI e o SENAI.

Capacitar professores para a implementação do itinerário da formação técnica e profissional do Ensino Médio.

Promover parcerias das escolas públicas com instituições de Educação Profissional para implementação do itinerário da formação técnica e profissional do Ensino Médio nas escolas públicas (Confederação Nacional da Indústria, 2023c, p. 178).

---

<sup>10</sup> No Mapa Estratégico, a expressão “disciplinas STEM” na educação básica representa as disciplinas matemática, física, química.

A primeira projetou a participação de suas entidades – o SESI e o SENAI – na definição do conteúdo da formação a ser realizada na escola pública, algo que poderia envolver a definição das áreas de formação profissionalizante e, por conseguinte, as disciplinas, o material didático-pedagógico e os estágios, abrindo espaço para o fornecimento de pacotes de cursos profissionalizantes já ofertados pelo SESI e o SENAI. Para isso, seria necessário treinar o trabalho docente para executar as prescrições estabelecidas, justificando a segunda proposta. Por sua vez, a terceira proposta propõe manter a formação geral básica na escola pública e deslocar o itinerário de formação técnica e profissional para as organizações privadas, incluindo o SESI e o SENAI.

Em conjunto, verificamos que o objetivo é manter a formação técnico-profissional sob o controle da CNI para que o trabalhador da neoindustrialização tenha um perfil e capacidades convergentes com as determinações e demandas das empresas. Outra proposta contida no Mapa confirma nossa verificação, sendo ela: “Alinhar a oferta de cursos da Educação Profissional à demanda das empresas, considerando as habilidades necessárias às novas tecnologias, os setores e as localidades onde os cursos são ofertados (Confederação Nacional da Indústria, 2023c, p. 182)”.

Por fim, a CNI se apresentou como entidade supostamente comprometida com a qualidade da educação. Nesse sentido, esse aparelho de hegemonia defendeu ser necessário redefinir a gestão da escola pública. O principal argumento para sustentar essa posição foi relacionado ao que denominou de “resultados acadêmicos insatisfatórios” (Confederação Nacional da Indústria, 2023c, p. 168) dos estudantes brasileiros no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes. Como suposta solução, a CNI (2023c, p. 169) defendeu o seguinte:

A gestão escolar precisa ser profissionalizada, com gestores preparados para lidar com os desafios da educação e comprometidos com a melhoria da qualidade do ensino. É necessário fortalecer sistemas eficazes de avaliação e monitoramento, que permitam a identificação rápida e eficiente de problemas e a implementação de soluções.

Nesse sentido, apresentou quatro formulações para a política educacional, sendo elas:

- Definir, no âmbito federal, critérios de elegibilidade para os cargos de gestão escolar.
- Criar sistema de avaliação de competências, alinhado aos critérios de elegibilidade.
- Criar banco de talentos, com candidatos qualificados para o cargo de gestão.
- Ofertar formação em gestão escolar para qualificar candidatos à eleição de cargos, que farão parte do banco de talentos (Confederação Nacional da Indústria, 2023c, p. 172).

Essas formulações significam a racionalização, no sentido gramsciano, do controle externo sobre as direções escolares para estabelecer a padronização da gestão e do trabalho docente a partir de pressupostos do mundo empresarial e, assim, viabilizar a formação em massa do trabalhador de novo tipo.

O primeiro mecanismo dessa racionalização se referiu a definição do que foi nomeado como critérios de elegibilidade para estabelecer o perfil político-pedagógico dos diretores escolares. O segundo se vinculou à avaliação de desempenho de diretores caso o primeiro mecanismo não atenda a noção de eficiência. O terceiro – o chamado banco de talentos – significou a formação de uma espécie de exército de reserva composto por profissionais com perfis compatíveis com os ditos critérios de elegibilidade. O quarto mecanismo se destinou ao controle da formação de futuros diretores escolares que devem ser preparados dentro da concepção burguesa de escola e de formação humana.

Além disso, ressaltamos que a CNI não apresentou nenhum tipo de consideração sobre o princípio da gestão democrática. Esse aparelho de hegemonia desconsiderou esse princípio constitucional porque comprehende que diretor deveria ser um gerente de produtivismo escolar pautado pelas metas de desempenho previstas no Índice de Desenvolvimento da Educação, pelas avaliações externas e pela quebra da autonomia pedagógica através da relação da escola pública com organizações privadas, reproduzindo, assim, o que Paro (2015) qualifica como razão mercantil.

Com isso, a proposta da CNI veiculada no Mapa hipervalorizou a dimensão técnica do trabalho da direção escolar fundamentada pelos preceitos do neoprodutivismo, nos termos formulados por Saviani (2013), enredando a dimensão político-pedagógica no plano da pequena política no sentido gramsciano.

Sendo assim, é possível que a CNI deseje que os trabalhadores da educação que venham a assumir cargos de direção escolar sejam, através de mecanismos de transformismo molecular (Gramsci, 2024d), colocados na condição de intelectuais orgânicos (Gramsci, 2024e) responsáveis executar, sem autonomia, a reorganização da cultura escolar a partir das demandas emergentes da chamada neoindustrialização, criando dificuldades políticas para os trabalhadores em educação comprometidos com a contra-hegemonia.

## CONCLUSÕES

Com a lente gramsciana, identificamos que o Mapa da CNI (2023-2032) estabeleceu no plano abstrato um nexo entre ideologia do desenvolvimento, neoindustrialização, cultura e educação para manter a subalternidade da classe trabalhadora em um novo patamar. Isso significa que o sentido histórico da proposta de neoindustrialização deste aparelho de hegemonia resguarda vínculos com o americanismo-fordismo, apesar das mudanças na base material da produção. Portanto, o trabalho continua central na sociedade capitalista e a disputa sobre sua forma e seu conteúdo são importantes para os projetos de educação.

Identificamos também que a formulação da CNI para a educação básica significa mais um obstáculo aos processos pedagógicos comprometido em formar cada estudante com condições intelectuais e morais para se tornar dirigente ou para dirigir os que dirigem, no sentido gramsciano.

Por fim, verificamos que, além de contribuir para organizar, homogeneizar e elevar a consciência política coletiva da fração burguesa industrial, o Mapa deve ser reconhecido como um

instrumento para que a CNI influencie a formação do trabalhador de novo tipo da neoindustrialização e se torne referência para a política educacional e para o trabalho docente, o que exigirá o aprofundamento de sua articulação na dinâmica das relações de força presentes nas instâncias do Estado integral por meio de ações de coerção e de persuasão.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADA, Robson Braga. Um plano para a retomada da indústria nacional. Distrito Federal: Confederação Nacional das Indústrias. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 mar. 2022. Coluna Opinião. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniao/espaco-aberto/um-plano-para-a-retomada-da-industria-nacional/?srltid=AfmBOorLPXhxsYAq4KIAMUOT79S9EwjXdSzb3uIFpoqEoemXNW61yavk>. Acesso: 22 abr. 2025.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Plano para a retomada da indústria:** propostas prioritárias para os 100 primeiros dias de governo. Brasília: CNI, 2023a. Disponível em: [https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer\\_public/1c/1d/1c1d7d11-5fd1-4b22-a57f-5794dbfde14d/p100dias\\_2701-final\\_web.pdf](https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/1c/1d/1c1d7d11-5fd1-4b22-a57f-5794dbfde14d/p100dias_2701-final_web.pdf). Acesso em: 12 ago. 2023.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Plano de Retomada da Indústria:** uma nova estratégia, focada em inovação, competitividade, descarbonização, inclusão social e crescimento sustentável. Brasília: CNI, 2023b. Disponível em: [https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer\\_public/99/4c/994c17a5-e837-4aea-9de5-54048ec499b5/plano\\_de\\_retomada\\_9mai23\\_web.pdf](https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/99/4c/994c17a5-e837-4aea-9de5-54048ec499b5/plano_de_retomada_9mai23_web.pdf). Acesso em: 12 ago. 2023.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Mapa estratégico da indústria 2023-2032:** o caminho para a nova indústria. ed. rev. Brasília: CNI, 2023c. Disponível em: [https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer\\_public/9a/91/9a91a95b-63f7-4535-b848-d086dbc96cb0/mapa\\_estrategico\\_cni\\_2023\\_edicao\\_revista\\_1.pdf](https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/9a/91/9a91a95b-63f7-4535-b848-d086dbc96cb0/mapa_estrategico_cni_2023_edicao_revista_1.pdf). Acesso em: 12 ago. 2023.
- DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado -Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1981
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2010.
- EVANGELISTA; Olinda; SHIROMA, Eneida Otto. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: Contribuições do marxismo. In: CÉA. Geórgia Sobreira dos Santos; RUMMERT, Sonia Maria; GONÇALVES, Leonardo Dorneles (org.). **Trabalho e educação: Interlocuções marxistas.** Rio Grande: Editora da FURG, 2019.
- FILGUEIRAS, Vitor; ANTUNES, Ricardo. Plataformas digitais, uberização do trabalho, e regulação no capitalismo contemporâneo. In: ANTUNES, Antunes (org). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** São Paulo: Boitempo, 2020.
- GRAHAM, Mark; ANWAR, Mohammad Amir. Trabalho digital. In: Antunes, Ricardo (org.) **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** São Paulo: Boitempo, 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do cárcere**: antologia. Galiza: Estaleiro, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: caderno 13. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024a. Disponível em: <https://igsbrasil.org/galeria> . Acesso em: 10 nov. 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: caderno 6. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024b. Disponível em: <https://igsbrasil.org/galeria> . Acesso em: 10 nov. 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: caderno 12. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024c. Disponível em: <https://igsbrasil.org/galeria> . Acesso em: 10 nov. 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: caderno 8. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024d. Disponível em: <https://igsbrasil.org/galeria> . Acesso em: 10 nov. 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: caderno 22. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024e. Disponível em: <https://igsbrasil.org/galeria> . Acesso em: 10 nov. 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: caderno 5. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024f. Disponível em: <https://igsbrasil.org/galeria> . Acesso em: 10 nov. 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: caderno 4. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024g. Disponível em: <https://igsbrasil.org/galeria> . Acesso em: 10 nov. 2024.

LENIN, Vladimir Illich. Mais uma vez sobre os sindicatos, o momento actual e os erros dos camaradas Trótski e Bukhárine. In: **Obras Escolhidas**. Vol. 3. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1980.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação e política no Brasil de hoje**. São Paulo: Cortez, 1994.

PARO, Vitor Henrique. **Diretor escolar: educador ou gerente?** São Paulo: Cortez, 2015.

PRADO, Fernando Correa. Ideologia do desenvolvimento, teoria marxista da dependência e crítica da estratégia democrático-popular. IASI, Mauro; FIGUEIREDO, Isabel Mansur; NEVES, Victor (orgs.). **A estratégia democrático-popular: um inventário crítico**. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

RODRIGUES, José. **O moderno princípio industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria**. Campinas: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, Demeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2013.

Recebido em: 07 de maio de 2025

Aprovado em: 01 de dezembro de 2025